Rankings internacionais e seus limites

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Índice de Percepção da Corrupção

A reputação de Singapura de governo íntegro se reflete em todas as comparações internacionais sobre corrupção. No Índice de Percepção da Corrupção (Corruption Perceptions Index) da Transparency International referente a 2025, o país obteve 84 de 100 pontos e ficou em terceiro lugar entre 182 países, posição inalterada em relação ao ano anterior e o melhor resultado da região Ásia-Pacífico. A melhor pontuação mundial foi 89.[1] A Suíça obteve 80 pontos e ficou em sexto lugar, Hong Kong 76 pontos e o décimo segundo lugar, os Emirados Árabes Unidos 69 pontos e o vigésimo primeiro lugar.[2]

O índice mede a percepção da corrupção no setor público, com base em pesquisas junto a especialistas e empresários. A corrupção no setor privado fica de fora. Tampouco mede em que medida os bancos de uma jurisdição guardam o produto de atos de corrupção praticados em outros lugares. Um centro financeiro pode, portanto, ter excelente pontuação no índice e, ao mesmo tempo, servir de destino

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

para dinheiro ilícito vindo do exterior. A mesma lacuna vale para a Suíça, Luxemburgo e o Reino Unido, todos bem colocados no índice e confrontados com casos recorrentes envolvendo cleptocratas estrangeiros.

O Rule of Law Index do World Justice Project

A medição comparativa mais detalhada é o Rule of Law Index (índice de Estado de Direito) do World Justice Project. Ele se baseia em mais de 215.000 pesquisas domiciliares e 4.100 pesquisas com profissionais do direito e especialistas e, na edição de 2025, abrange 143 países e jurisdições. Singapura ficou em décimo sexto lugar, com pontuação de 0,78, a mesma pontuação arredondada do Reino Unido e do Japão, em décimo quarto e décimo quinto lugares. Na região do Leste Asiático e Pacífico, ficou em quarto lugar entre quinze, atrás da Nova Zelândia, da Austrália e do Japão.[3]

O número agregado esconde uma dispersão notável. Singapura ficou em segundo lugar no mundo em ausência de corrupção e em ordem e segurança, em terceiro em aplicação da regulação, em sexto em justiça civil e em oitavo em justiça criminal. Ficou em 28º lugar em limites aos poderes do governo, em 35º em governo aberto e em 37º em direitos fundamentais.[4] Esse padrão é o resumo mais claro disponível do modelo de Singapura. Os fatores que mais importam para uma parte comercial, como funcionários honestos, aplicação coerente da regulação e tribunais cíveis eficientes, estão no topo mundial. Os fatores que dizem respeito à relação entre cidadão e Estado, como os controles sobre o Executivo, a liberdade de expressão e o acesso a informações governamentais, situam-se na faixa média-alta.

O World Justice Project também registrou um movimento na edição de 2025. Constatou que a liberdade de opinião e de expressão havia recuado em Singapura, como em 73% dos países pesquisados, e que os indicadores que medem se o Judiciário limita o poder executivo e se a justiça civil e a criminal estão livres de influência governamental indevida também haviam recuado em Singapura, como na maioria dos países. A justiça civil não se enfraqueceu em Singapura, ao passo que se enfraqueceu em 68% dos países.[5] As mudanças foram pequenas, já que a pontuação geral subiu menos de 1%. Elas mostram que o índice é sensível justamente às

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

dimensões em que Singapura se distingue das democracias liberais que lideram a tabela. A edição de 2026, publicada em 21 de outubro de 2026, elevou Singapura ao décimo quarto lugar, com pontuação de 0,79, e ao terceiro lugar em sua região, à frente do Japão. O padrão das posições por fator quase não mudou: primeiro lugar em ordem e segurança, segundo em ausência de corrupção, 27º em limites aos poderes do governo e 36º tanto em governo aberto quanto em direitos fundamentais.[6]

Do *Doing Business* aos índices de democracia

A série *Doing Business*, cujos números sobre o cumprimento de contratos foram citados acima, não existe mais. O Banco Mundial a descontinuou em 16 de setembro de 2021, após análises de irregularidades nos dados das edições de 2018 e 2020.[7] Seus números continuam úteis como indicação da rapidez e do custo do contencioso em 2019. O projeto que a sucedeu, o *Business Ready* do Banco Mundial, usa outro método, de modo que as duas séries não podem ser comparadas diretamente.

Os índices de liberdade política oferecem outro quadro. A Freedom House classificou Singapura como "Parcialmente Livre" (Partly Free) em 2025, com 48 de 100 pontos, sendo 19 de 40 pontos em direitos políticos e 29 de 60 em liberdades civis. Na pergunta sobre a existência de um Judiciário independente, atribuiu a Singapura um de quatro pontos, enquanto deu três de quatro pontos à solidez das salvaguardas contra a corrupção de agentes públicos. O Democracy Index da Economist Intelligence Unit classifica Singapura como "democracia falha" (flawed democracy).[8]

O que os rankings medem e o que deixam escapar

A divergência entre o primeiro lugar atribuído pelo Banco Mundial ao cumprimento de contratos e o um ponto em quatro dado pela Freedom House à independência judicial exige explicação. As duas medições fazem perguntas diferentes. O Banco Mundial perguntava quanto tempo leva e quanto custa executar um contrato de compra e venda entre duas empresas privadas. A Freedom House pergunta se o Judiciário é independente do governo em casos politicamente sensíveis, inclusive ações de difamação movidas por líderes políticos e casos que envolvem a oposição.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Um tribunal pode ser rápido, competente e imparcial entre partes privadas e, ao mesmo tempo, ser visto como deferente ao Estado em casos políticos. Os investidores leem a primeira medição; as organizações de direitos humanos, a segunda.

Três outros limites se aplicam a todos os rankings. Eles se baseiam em grande parte em percepções, que acompanham a reputação com atraso e podem ser influenciadas por relações públicas. Agregam questões muito diferentes em pontuações únicas, que escondem a dispersão revelada pelos fatores do World Justice Project. A maioria pouco diz sobre o papel da jurisdição como destino de recursos ilícitos estrangeiros, que é o risco de integridade mais relevante para um centro financeiro. O caso de lavagem de dinheiro de 2023, com ativos de cerca de três bilhões de dólares de Singapura, ocorreu numa jurisdição classificada entre as cinco menos corruptas do mundo.[9] O caso mostra que um setor público íntegro, embora necessário para um centro financeiro sólido, precisa ser complementado por controles eficazes sobre o dinheiro que nele entra.

Para um centro financeiro, a leitura útil dos rankings é, portanto, seletiva. As posições de Singapura em ausência de corrupção, aplicação da regulação e justiça civil medem as qualidades que tornam os contratos exigíveis e os funcionários confiáveis. Suas posições em direitos fundamentais e limites ao governo medem o ambiente político em que essas qualidades são produzidas. Uma família abastada que decide onde instalar seu family office pesará ambas, porque a primeira protege seu patrimônio e a segunda molda sua confiança de longo prazo no lugar.

Notas

1. Transparency International, página do país “Singapore” (transparency.org, acesso em novembro de 2026): “Singapore has a score of 84 this year, with a change of 0 since last year, meaning it ranks 3 out of 182 countries.” Corrupt Practices Investigation Bureau, comunicado à imprensa de 28 de abril de 2026: terceiro país menos corrupto entre 182, “84 out of 100”, primeiro colocado na região Ásia-Pacífico. Wikipedia, “Corruption in Singapore” (acesso em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

novembro de 2026): no índice de 2025, “the best score was 89 (ranked 1st)”, a média mundial foi de 42 e a média da Ásia-Pacífico, de 45. ↩

2. Transparency International, páginas dos países “Switzerland”, “Hong Kong” e “United Arab Emirates” (transparency.org, acesso em novembro de 2026): Suíça 80/100, posição 6/182; Hong Kong 76/100, posição 12/182; Emirados Árabes Unidos 69/100, posição 21/182. ↩

3. World Justice Project, “Singapore Ranks 16 out of 143 in the WJP Rule of Law Index”, comunicado à imprensa, 28 de outubro de 2025 (worldjusticeproject.org): o índice “relies on more than 215,000 household surveys and 4,100 legal practitioner and expert surveys” e abrange “143 countries and jurisdictions”. World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2025* (worldjusticeproject.org, consultado em novembro de 2026), tabela de classificação global: “14 United Kingdom 0.78”, “15 Japan 0.78”, “16 Singapore 0.78”, “24 Hong Kong SAR, China 0.72”, “37 United Arab Emirates 0.64”; tabela regional do Leste Asiático e Pacífico. World Justice Project, comunicado à imprensa de 28 de outubro de 2025: Singapura ocupa a 4ª posição entre 15 na região. ↩

4. World Justice Project, “Singapore Ranks 16 out of 143 in the WJP Rule of Law Index”, comunicado à imprensa, 28 de outubro de 2025, posições por fator: Constraints on Government Powers 28/143; Absence of Corruption 2/143; Open Government 35/143; Fundamental Rights 37/143; Order and Security 2/143; Regulatory Enforcement 3/143; Civil Justice 6/143; Criminal Justice 8/143. ↩

5. World Justice Project, comunicado à imprensa de 28 de outubro de 2025: “Freedom of opinion and expression” recuou em 73% dos países, “including Singapore”; os indicadores sobre se o Judiciário limita o poder executivo e se a justiça civil e a criminal estão livres de influência governamental indevida recuaram em 61%, 67% e 62% dos países, “This includes Singapore”; a justiça civil se enfraqueceu em 68% dos países, “but not in Singapore”. ↩

6. World Justice Project, “Singapore Ranks 14 out of 143 in the WJP Rule of Law Index”, comunicado à imprensa, 21 de outubro de 2026

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(worldjusticeproject.org, consultado em novembro de 2026): posição geral 14/143, posição regional 3/15; posições por fator Constraints on Government Powers 27/143, Absence of Corruption 2/143, Open Government 36/143, Fundamental Rights 36/143, Order and Security 1/143, Regulatory Enforcement 3/143, Civil Justice 6/143, Criminal Justice 8/143. World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2026* (consultado em novembro de 2026), tabela global: "14 Singapore 0.79", "15 Japan 0.78"; tabela regional do Leste Asiático e Pacífico: Nova Zelândia, Austrália, Singapura, Japão. ↩

7. World Bank Group, "World Bank Group to Discontinue Doing Business Report", declaração, 16 de setembro de 2021 (worldbank.org, consultado em novembro de 2026): irregularidades nos dados de *Doing Business 2018* e *Doing Business 2020* comunicadas internamente em junho de 2020; "management has taken the decision to discontinue the Doing Business report". As economias afetadas (segundo outras fontes, China, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão) não são nomeadas nessa declaração nem na declaração do Banco Mundial de 27 de agosto de 2020. ↩

8. Freedom House, *Freedom in the World 2025: Singapore* (freedomhouse.org, acesso em novembro de 2026): status "Partly Free", Global Freedom Score 48/100, direitos políticos 19/40, liberdades civis 29/60; indicador F1 "Is there an independent judiciary?" 1/4; indicador C2 "Are safeguards against official corruption strong and effective?" 3/4. Wikipedia, "Politics of Singapore" (acesso em novembro de 2026): o Democracy Index "rated Singapore as a 'flawed democracy' in 2025". ↩

9. Wikipedia, "2023 Singapore money laundering case" (acesso em novembro de 2026): buscas em 15 de agosto de 2023; dez estrangeiros presos; "assets worth 3 billion SGD"; todos os dez condenados a penas de cerca de 13 a 17 meses; S$ 944 milhões entregues pelos dez condenados. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com